

DO BERÇO À SEPULTURA: UMA ANÁLISE SOBRE CONFLITOS TERRITORIAIS E POLÍTICAS DE MORTE

FROM THE CRADLE TO THE GRAVE: AN ANALYSIS OF TERRITORIAL CONFLICTS AND DEATH POLICIES

Luizane Guedes Mateus¹

Resumo: A problemática de que trata este trabalho se refere a uma breve análise acerca dos conflitos urbanos no Município de Vitória\ES. Apontados como enfrentamentos entre grupos rivais nos territórios considerados vulnerabilizados da cidade, estes conflitos têm provocado novas formas de sociabilidade entre moradores do referido município, assim como incitado à necessidade de revisão de todo o aparato de políticas públicas da cidade. Busca-se analisar discursos-práticas baseados no combate a estes conflitos, que constroem uma nova modalidade de sujeição e extermínio de jovens, em sua maioria negros.

Palavras-chave: território; juventude; conflitos urbanos; negritude.

Abstract: The problem with this paper refers to a brief analysis of urban conflicts in the municipality of Vitória \ ES. Pointed out as confrontations between rival groups in the vulnerable territories of the city, these conflicts have caused new forms of sociability among residents of the municipality, as well as the need to review the entire public policy apparatus of the city. It seeks to analyze Practical discourses based on the fight against these conflicts, which build a new modality of subjection and extermination of young people, mostly blacks.

¹ Doutora em psicologia e professora da Universidade Federal do Espírito Santo

Keywords: Territory; youth; Urban conflicts; blackness.

ANDANDO SOBRE MUROS, LUGAR DE OBSERVAÇÃO: DO ALTO TÁ PALMIADO

De quem são as vidas consideradas choráveis em nosso mundo público? Quais são essas vidas que, se perdidas, não serão consideradas em absoluto uma perda? É possível que algumas de nossas vidas sejam consideradas choráveis e outras não? Faço essas perguntas difíceis e perturbadoras porque eu, como vocês, me oponho à morte violenta; à morte por meio da violência humana; à morte resultante de ações humanas institucionais ou políticas; à morte provocada por uma negligência sistêmica por parte dos estados ou por modos de governança internacionais”

Judith Butler

Três e meia da tarde. O sol está escaldante e faz escorrer o suor no rosto de Carlos Henrique. As pequenas gotas se multiplicam e escorrem pela pele retinta, enquanto o menino de quinze anos tenta concentrar-se no exercício proposto pela professora de história: resgatar sua história familiar recriando sua árvore genealógica. Carlos demorou um tempo para entender aquelas duas palavras...”árvore genealógica”, mas depois da professora repetir quatro vezes, já sem paciência, ele entendera que se tratava de levantar a história de seus familiares, ou como a professora repetira, de seus ancestrais e de suas conexões.

Dos pais ele sabia algumas coisas valiosas para quem nasce na favela: nomes, onde nasceram, suas histórias de lutas diárias. Dos avós ele também conhecia algumas histórias, a partir daquilo que sua avó contava nas noites quentes do Bairro Bela Vista, quando os vizinhos colocavam as cadeiras no beco estreito e, entre sorrisos e ‘corres’ dos meninos da boca, conversavam aleatoriedades. Mas a partir dali era uma incógnita. Quem eram seus bisavós?! Como se chamavam e como viviam?! Quais eram suas histórias e memórias?! Simplesmente não conseguia fazer associações.

Forçava a memória para tentar lembrar qualquer informação dada pela mãe, quando ouviu a primeira rajada de tiros; sabia exatamente os passos seguintes: a professora, apavorada, pediria para que todos se abajassem e buscassem um lugar seguro para se esconder enquanto o tiroteio não

cessasse, embora todos atônitos, iriam para as janelas, em busca de informações acerca de mais um enfrentamento.

Eram frequentes os conflitos entre os meninos da “Buraca” contra os do “Paredão”, onde Carlos morava. A disputa, segundo o programa de TV diário do horário de almoço, era por pontos de drogas, o que deixava toda a comunidade vulnerável. O apresentador falava da necessidade de aumento do policiamento, de endurecimento das leis, novas formas de punição para jovens infratores, punição exemplar e defesa dos “cidadãos de bem”.

Carlos não conseguia entender muito bem aquelas palavras, achava inclusive que, por morar em um bairro pobre e dito violento, não era considerado “cidadão de bem”; sabia apenas que todos, da Buraca e do Paredão, eram seus amigos desde quando ainda era criança e corria atrás de pipas na beira da maré. Sabia apenas que, dia após dia, perdia um deles nestes confrontos ou nos enfrentamentos com a polícia. Sabia apenas que aquilo precisava parar!

Território, territorialidades e juventude negra: esta cidade está dividida.

O alvo da marginalização, da violência do braço armado do Estado e da consequente “guerra às drogas” apresenta características como cor da pele, territorialidade, classe social, identidade de gênero e historicidade, e neste cenário, a narrativa de Carlos não é um caso isolado no município de Vitória, diante das mortes físicas e subjetivas – cerceamentos nos modos de ser e de existir, silenciamento, apagamento de histórias e identidades negras, negação de direitos, dentre outras coisas – da juventude negra.

Dados do Atlas da Violência (IPEA, 2019) informam que, no ano de 2017, houveram 65.602 homicídios no Brasil, sendo este o maior nível histórico de letalidade violenta intencional no país. Destes homicídios, 54,5% do total de óbitos é de jovens entre 15 e 29 anos; desses jovens 94,4% são homens e 75,5% são negros. Os dados precisam nos dizer algo. O exemplo do caso de Carlos junto aos dados do IPEA demonstra que corpos jovens e especialmente negros, estão assolados nos altos

índices de letalidade e são vistos como extermináveis para a justiça, para a polícia, para o tráfico.

Observa-se que na sentença em prol da “defesa dos cidadãos de bem” há uma construção bastante elaborada sobre o sujeito de bom caráter que, de certa maneira, continua atualizando e autorizando a violência nos territórios de Vitória, ali representada pela força policial (leia-se o Estado). A narrativa sobre a trajetória de Carlos faz convergir o tema que trataremos neste artigo: os discursos-práticas que produzem o extermínio de jovens negros a partir da racialização da violência de Estado na territorialização apresentada.

Em primeiro lugar, para o caminhar deste texto, precisamos apresentar o que compreendemos por território. Concordamos com Haesbaert (2004) ao afirmarmos que, em qualquer acepção, território tem a ver com poder e que este poder não é somente o poder político, mas o poder de dominação e de apropriação. Neste sentido, ser parte de um território físico também traz consigo implicações simbólicas: a apropriação territorial remonta as marcas do que fora e é vivido ali, e a apropriação pela dominação se relaciona ao uso concreto e funcional, relacionado ao valor de troca. Carlos sabia o que vivera em Bela Vista, sabia das histórias dos becos e vielas e as marcas objetivas que sua comunidade traz consigo. Em contrapartida, também cresceu sabendo que seu bairro está envolvido em constantes disputas territoriais.

Cabe alertar ainda, que todo território é múltiplo, diverso, complexo e socialmente produzido: os discursos midiáticos, quem ali reside fisicamente e sua historicidade produzem sua territorialidade que, “além de incorporar uma dimensão estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar” (HAESBAERT, p. 3. 2004). Dito isto, o território é um espaço físico e ao mesmo tempo um espaço simbólico, que produz significados.

Assim como o bairro Bela Vista, inúmeros bairros do Município de Vitória – capital do Espírito Santo, tem enfrentado sistematicamente o que chamaremos no referido texto de conflitos territoriais. A problemática sobre a qual trata este artigo se refere a uma breve análise acerca da emergência

desses conflitos urbanos contemporâneos, a partir da juventude negra e das políticas direcionadas a este público. Utilizaremos como bússola nessa escrita-viagem experiências compartilhadas nos CREAS – Centros de Referência Especializados de Assistência Social com adolescentes e jovens em cumprimento de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto.

Os Centros de Referência Especializados de Assistência Social são unidades de atendimento do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, responsáveis pela oferta de trabalho social especializado a famílias e/ou indivíduos em situação de risco pessoal ou social, ocasionados por violação de direitos. A cidade de Vitória conta com três Unidades de Creas, que atendem todos os ciclos geracionais e têm como foco a superação das violências apresentadas. Os três espaços estão dispostos enquanto Creas Maruípe, Creas Continental e Creas Centro, atendendo cada um, cerca de 25 bairros.

Dentre os serviços que compõem os Creas, está o Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto, destinado ao atendimento a adolescentes e jovens que cometeram atos infracionais e que receberam como Medida Socioeducativa a realização de atividades sem a privação de liberdade no período de seu cumprimento. É realizado no espaço do Creas um conjunto de ações que possibilitem processos de reflexão acerca do ato infracional, assim como dos projetos de vida desses adolescentes e jovens, sempre regulamentados pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE).

É a partir das experiências com estes jovens e adolescentes que se constrói esta escrita, especificamente as vivências relacionadas aos constantes conflitos territoriais que atravessam não só a história do ato infracional, mas principalmente o lugar construído historicamente para estes meninos e meninas, vistos como perigosos e apontados como os grandes responsáveis pelos índices de violência não só na cidade de Vitória, mas em inúmeras cidades brasileiras.

Nos cabe ressaltar ainda que consideramos jovens sujeitos de 15 a 29 anos, em acordo com o Estatuto da Juventude e compreendemos que a presente categorização é apenas para fins de análise de dados, discursos-práticas e políticas, uma vez que a juventude é uma construção social e apresenta variações sociais de acordo com a sociedade inscrita.

Destarte, buscamos analisar aqui os discursos-práticas que permeiam adolescentes e jovens, famílias, serviços, assim como constroem uma nova modalidade de sujeição e extermínio da juventude - em sua maioria pobres e negros - os chamados conflitos territoriais; processos que fazem emergir discursos-práticas embasados em construções históricas como os conceitos de classes perigosas, de responsabilização, vulnerabilidade, periculosidade e justiça, assim como os atravessamentos das temáticas território e juventude.

AS CONEXÕES QUE CONSTROEM O “LUGAR” DO PERIGO: HISTÓRIAS QUE SE TRANSVERSALIZAM.

Tem sangue retinto pisado
Atrás do herói emoldurado
Estação Primeira de Mangueira, Carnaval de 2019

O personagem fictício do início da escrita narra o que tem sido noticiado diariamente na mídia de forma ampla e irrestrita – os conflitos territoriais, ou conflitos urbanos -enfrentamentos entre os chamados grupos rivais para o controle de pontos de tráfico de drogas e armas. Para compreendermos o contexto atual em que se constrói a narrativa dos conflitos territoriais como principal expoente para o crescimento da violência, assim como extermínio da juventude negra, é preciso estruturar uma breve análise acerca de outra construção histórica – o conceito de classes perigosas.

Essa análise vai nos mostrar que alguns discursos seletivos de ódio serão produzidos ao longo da história, de acordo com a necessidade de homogeneização e sujeição de alguns grupos, especialmente negros e pobres. Estes discursos serão utilizados especialmente para dar certos lugares a estes grupos, como o lugar de perigo, daquele que pode, e porque não, deve ser combatido e exterminado. Uma dessas produções, amplamente disseminada nos dias atuais pelos meios de comunicação, diz respeito ao alardeado aumento da violência ocasionado pelo domínio das grandes cidades pelas chamadas facções criminosas, assim como da ausência de controle por parte das forças

de segurança.

Produção que não emerge nos dias atuais, muito menos é retilínea, natural ou processual. Trata-se de uma construção que, ao longo da história, ganhará corpo e se revestirá de ‘verdades’, através do conceito de classes perigosas. Este conceito ganhará força a partir do Movimento Higienista do Século XIX e começo do Século XX, mais especificamente no ordenamento e reordenamento de algumas teorias. Não obstante, é possível esbarrar nesse momento histórico com produções legitimadas como científicas, que apontarão características anatômicas para a identificação de “criminosos natos” – Antropologia Criminal – assim como aquelas que irão considerar relevante aplicar o conceito de seleção natural aos humanos, classificando-os como “bem nascidos” ou não, de acordo com suas características genéticas – a Eugenia, que se baseava na explicação naturalista para determinar corpos degenerados ou não. As ideias eugenistas atribuíam as contradições sociais à natureza biológica das coisas e não diferenciava aquilo que era fruto da determinação biológica da condição material e social.

Essas e outras teorias irão construir um caminho que irá separar, diferenciar e elencar aqueles que merecem viver, daqueles cujos corpos podem ser deixados pelo caminho – corpos virtuosos e corpos viciosos, como elencava o Tratado das Degenerescências, de Benedict-Augustin Morel, publicado em 1857. Todas estas teorias terão um ponto comum - irão apontar como inferiores pessoas com deficiência, com transtornos mentais, presos, negros e pobres; todas elas construirão um percurso de processos de exclusão, sujeição e confinamento, onde deverão sobreviver os mais fortes, mais aptos, superiores, aqueles considerados de “raça pura” - brancos.

Para a manutenção e perpetuação dessa superioridade, médicos, juristas, pedagogos, urbanistas, psicólogos e assistentes sociais construirão modelos ideais de família, de infância, de mulher, de juventude; construções que serão consolidadas através de modelos de família, de comportamentos, de vida laborativa. Não à toa, dentro de um empirismo sociológico, os primeiros esforços realizados para categorizar a juventude datam do século XVIII, onde a função social da juventude era integrar-se à “sociedade maior” a fim de solidificá-la dentro de um sistema de valores prescritos e controláveis (TAVARES, 2012).

Na perspectiva eugênica e de controle e dominação dos corpos, a ciência considerava o período entre adolescência e juventude como período de crescimento, transição e evolução necessários para se alcançar uma adultez de valor. O que nos interessa neste ponto é observar que as abordagens discursivas agregadas à esta discussão eram biologizantes e consideravam questões que eram socialmente produzidas como projetos naturais, ou seja, aqui observamos novamente a empreitada eugênica que definia o que era - ou não - ser um sujeito jovem. Para nós, a objetividade de hoje também é historicidade e, neste contexto histórico, já eram atribuídas às infâncias e adolescências que viviam em contextos de violência exacerbada as características físicas e psicológicas, reconhecidas como próprias deste período da vida, para responderem às questões referentes aos altos índices de infração juvenil que, não por acaso, superavam marcas anteriores ao processo de industrialização. Isso justifica o porquê algumas áreas de conhecimento relacionadas à medicina atrelam determinadas mudanças biológicas e orgânicas próprias deste período da vida, às características psicológicas e existenciais como parte essencial da juventude. Tal correlação pretende descrever e generalizar as atitudes, comportamentos e formas de ser e estar no mundo.

Essas construções possibilitarão a separação que definirá, já no final do Século XIX e começo do Século XX, quem seriam os dignos e quem seriam os viciosos, aqueles que poderiam ser “cuidados” e teriam seus valores construídos através do trabalho e da moral, e aqueles a quem deveriam ser designadas à prisão, o manicômio, os espaços de vigilância e controle, o extermínio. Os corpos perigosos poderiam ser deixados pelo caminho, afinal, mostravam-se como ameaça aos ‘cidadãos de bem’. Alguma “mera coincidência” com os dias atuais?!

É também neste período que os espaços públicos serão considerados como ‘lugares do perigo’, das doenças, das mazelas e onde serão instrumentalizados os considerados criminosos. Não por acaso, é também quando fervilham movimentos de resistência e contestação, manifestações não só na Europa, mas também no Brasil; período em que as ruas são palco dos movimentos populares, e que fazem desses espaços, lugares ameaçadores à ordem vigente. Assim, torna-se necessário esvaziá-los, torná-los inertes através do perigo, fomentando o espaço privado como o espaço do cuidado e da

proteção.

O medo se transfigura em sentimento, em afeto, em política econômica, em projetos de lei, em fragmentos discursivos, em cenários, em políticas sanitárias; ou, numa palavra, como ele invadiu e infectou todos as frestas e cantos da vida (...). Ela evidencia como novas representações de temor e perigo, enraizada em desigualdades sociais profundas e nas refinadas fantasias raciais da ordem escravista agrária, se estenderam e se projetaram pela cidade, a partir de onde difundiram-se para o campo político, jurídico, médico e jornalístico. E assim como na Europa no passado e hoje, esses discursos foram e são adornados, amplificados e dirigidos contra certos alvos pelas elites urbanas, para salvaguardar e expandir seu domínio num período de insurreição social dramática (BATISTA, 2003).

Será então modernizando os espaços públicos, tornando-os assépticos, transformando-os nos espaços do trabalho, que as 'balbúrdias' e os perigos serão desmobilizados. Ruas não mais como lugares de encontros, mas como espaço de produtividade, vidas empurradas para a margem. O processo de urbanização dos Séculos XIX\XX estará intimamente associado a pobreza, e por consequência, à reconstrução do conceito de classes perigosas, nosso objeto neste momento da escrita.

Assim, para a proteção do desconhecido e do perigo em potencial, para além da assepsia das ruas, teremos também a construção de muros, condomínios fechados, cercas elétricas, separação de vidas. Segregando e excluindo de maneira brutal e despudorada, os “inimigos serão mantidos distantes, alijados e vigiados através de manobras e técnicas produzidas como verdades sobre esta parcela da população - o poder produzindo discursos.

Como sabemos, as cercas têm dois lados. Dividem um espaço antes uniforme em “dentro” e “fora”, mas o que é de dentro para quem está de um lado da cerca é fora para quem está do outro. Os moradores dos condomínios mantêm-se fora da desconcertante, perturbadora e vagamente ameaçadora – por ser truculenta e confusa – vida urbana, para se colocarem dentro de um oásis de tranquilidade e segurança. Contudo, justamente por isso, mantêm todos os demais fora dos lugares seguros, e estão absolutamente decididos a conservar e defender com unhas e dentes esse padrão; tratam de manter os outros nas mesmas ruas desoladas que pretendem deixar do lado de fora, sem ligar para o preço que isso tem. A cerca separa o “gueto voluntário” dos arrogantes, dos

muitos condenados a nada ter (BAUMAN, 2009).

Exercendo-se não pela visão tradicional, que proíbe, censura ou reprime, o poder produz verdades (FOUCAULT, 1979). O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como a força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saberes, produz discursos (MACHADO, 1988, p. 08).

Para Foucault (1979) o poder se exerce por meio de estratégias e seus efeitos não serão imputáveis a uma apropriação, mas a manobras táticas e técnicas. Ele não deve ser pensado como fundamentalmente emanado de um ponto, mas como uma rede que permeia todo o corpo social, articulando e integrando os diferentes focos de poder. Ele circula, se exerce em rede e não está sob o domínio ou controle de um eixo central, sendo que os indivíduos são os centros de transmissão desse poder que os atravessa. Será assim que irão se produzir o lugar do perigo e o corpo que habitará o “perigoso”.

Estabelecendo um saber sobre estes corpos reforça-se as chamadas classes perigosas. Apresentado como homogêneo, identitário, uno e, portanto, imutável, de forma unilateral e simplista, esse “rosto” aparece referindo-se aqueles que tem um destino já conhecido e previsível, um lugar determinado para sua existência; caso essa existência exceda essas delimitações, é autorizada a sua eliminação.

É neste período que os processos de urbanização irão se associar aos processos de industrialização. Teremos então, no que concerne especificamente ao Município de Vitória, o início da formação dos bairros tidos como economicamente vulneráveis, os chamados “territórios da pobreza”.

Importante observarmos que todo o processo de formação desses bairros no Município de Vitória terá como base, entre as décadas de 1940\1950, a vinda de um grande contingente de migrantes do Nordeste do Brasil, especialmente do Estado da Bahia, em busca de inserção no mercado de trabalho, moradia e melhores condições de vida. Será também um processo marcado por embates para uso dos espaços da cidade, tendo uma grande parcela dessas famílias sido “empurrada” para

regiões sem urbanização da cidade, acarretando o crescimento populacional nas áreas de morro e encostas, assim como de proteção ambiental. Será assim que bairros como Piedade, Fonte Grande, Bairro da Penha, Alagoano, Romão, Forte São João e tantos outros se constituirão não só com total ausência do poder público, mas também a mercê de toda sorte de invasões e domínio do comércio de drogas e armas.

Para esses bairros serão, mais uma vez, destinadas apenas a Segurança Pública como forma de aproximação e “pseudo garantia de direitos”, militarizando seu cotidiano e mantendo-se a precariedade da vida; vida que passará a valer tão pouco que só será lembrada nas páginas policiais, quando a espetacular cobertura midiática acerca da formação e estruturação das ditas facções criminosas se tornará rentável e facilmente utilizada para operações policiais, invasões de residências, extermínio de uma parcela muito específica da população – classe, raça e gênero serão bem delimitados quando os “autos de resistência” forem lavrados.

O conceito de classes perigosas será reatualizado e fortalecido a cada notícia veiculada pelos meios de comunicação; a ampla cobertura da mídia será acompanhada pelos discursos de uso da força letal para o combate ao perigo eminente, que se fará presente através dos corpos negros e franzinos que se esguiam pelas vielas dos morros da “Cidade Sol”. Para ele a prisão, o tiro de “12 ou ponto 40”, a comoção seletiva, a punição mais severa que um corpo pode merecer – a morte. Para suas famílias discursos de desestrutura, de falta de limites, ausência paterna, risco pessoal e social balizados na falta. Para todos eles, o não direito ao luto!

SOBRE OS CONFLITOS TERRITORIAIS: O QUE SERIA DA HISTÓRIA DOS CAÇADORES, SE OS LEÕES PUDESSEM ESCREVER?!

“Os traficantes de hoje são os traficados do passado, são a carne traficada do período da escravidão.” Deise Benedito

O tema (in)segurança pública no Espírito Santo vem tendo destaque local e nacional nos

últimos anos, em decorrência dos altos índices de mortes violentas que o estado vem apresentando, especialmente de mulheres e jovens negros. Índices que vem estimulando estudos e movimentos na sociedade capixaba, mas principalmente, produzindo um “mapa de risco e conflitos, habitado exclusivamente por bairros pobres periféricos, onde a maioria dos habitantes são negros, como já citado anteriormente.

Mas como se configuram esses conflitos urbanos na cidade de Vitória? Como se constroem rivalidades e enfrentamentos, principais motivos apontados para os inúmeros assassinatos de jovens no município? A história oficial, aquela amplamente disseminada e difundida pelos meios de comunicação, aponta para conflitos gerados pela disputa por pontos de vendas de drogas, além de fazer uma ligação direta entre pobreza, periculosidade e negritude.

Há várias maneiras de narrar a história de um país. Uma visão sempre esquecida, conhecida como “ótica dos vencidos”, é aquela forjada pelas práticas dos movimentos populares, nas suas lutas, no seu cotidiano, nas suas resistências e na sua teimosia em produzir outras maneiras de ser, outras sensibilidades, outras percepções. Práticas que recusam as normas pré-estabelecidas, e que procuram de certa forma construir outros modos de subjetividades, outros modos de relação com o outro, outros modos de produção. É desta história que vamos falar um pouco; de uma história onde os segmentos populares não são meros espectadores dos fatos, mas produtores dos acontecimentos. De uma história onde a subjetividade dominante - apesar de seu poderio e tentativas - não consegue silenciar e ocultar a produção de espaços singulares, de práticas diferentes e eliminar a memória histórica de uma outra memória (COIMBRA, 2001).

História oficial, discurso visto como universal, “que se vangloria de ser a história verdadeira e, portanto, a única certa e, em certos casos, a única possível” (GAGNEBIN, 2006). História que nos permite analisar os processos de exclusão, como também de sujeição e extermínio de uma população dita em situação de risco. Situação de risco? Risco para quem?

A existência da periferia, dos bairros ditos em conflito e daqueles que os habitam, será toda atravessada por três pilares – violência letal, racismo e ações de extermínio praticadas, em sua maioria,

pelo braço armado do Estado. Porém, a história contada e recontada será calcada em desestrutura, pobreza e criminalidade; história que tornará esses corpos, em última instância, ilegítimos cultural e socialmente para sua existência enquanto humanos.

É nessa ilegitimidade de existência que os conflitos são explicados, roteirizados. Especialistas em Segurança Pública, que em sua maioria nunca estiveram nos bairros ditos de risco, seguirão um script bem conhecido - a partir do enfrentamento entre bairros rivais na disputa pelo comando do tráfico de drogas, grupos rivais promoverão tiroteios, toques de recolher, bailes clandestinos, venda e uso de drogas à céu aberto, ameaças e assassinatos. Disputam os territórios mais rentáveis e estratégicos para o comércio desses entorpecentes, impondo medo e terror aos moradores ditos “de bem”. Para além do terror, esses grupos também promovem, segundo estes especialistas, execuções sumárias de usuários que possuem dívidas com traficantes, assim como de rivais na disputa pelos bairros.

O roteiro inclui ainda outro ponto - o desejo de vingança. Para alguns, os confrontos começam pela disputa pelos pontos de tráfico, mas ganham força e se tornam mais violentos quando incluem o desejo de vingar a morte de um familiar ou amigo por um grupo rival. As desavenças, assim, ganham contornos de descontrole, animalidade, inexistência de limites quanto à violência gerada, o que abre a possibilidade de quaisquer ações para exercer o controle sobre estes ‘selvagens’.

É sobre esses corpos que o operar da necropolítica será visto como extremamente necessário. Teremos nas comunidades periféricas índices de óbitos altíssimos, causados em sua maioria, como já mencionado, por agentes do Estado, contra corpos majoritariamente negros; ações que tem um único alvo – a favela e seus corpos negros – corpos que devem deixar de existir.

O biopoder parece funcionar mediante a divisão entre as pessoas que devem viver e as que devem morrer. Operando com base em uma divisão entre os vivos e os mortos, tal poder se define em relação a um capo biológico – do qual toma o controle e no qual se inscreve. Esse controle pressupõe a distribuição da espécie humana em grupos, a subdivisão da população em subgrupos e o estabelecimento de uma cesura biológica entre uns e outros. Isso é o que Foucault rotula com o termo (aparentemente familiar) ‘racismo’. (MBEMBE, 2018).

Praticamente do berço à sepultura, esses corpos negros serão sempre tratados como criminosos, sejam atuais ou “futuros”. Essas mortes são a “solução para o problema da criminalidade do país” – a política pública de segurança instituída e destinada a pretos e pobres, o caminho que se encontrou para produzir morte nas histórias contadas nessa escrita.

A produção de morte passa a ser o único viés das histórias dessas meninos e meninas, dessas famílias. O roteiro comum, homogêneo, que acaba por possibilitar que esses corpos sejam vistos como “não humanos”. Essa sensação de se tornarem “inumanos” será como uma desconstrução, o desfazer da percepção de perda, a insensibilidade à dor e ao sofrimento como mecanismo por meio do qual a desumanização se consuma (BUTLER, 2019).

PORQUE PARA NÓS, DESDE QUE CHEGAMOS AQUI, SÓ NOS FOI OFERECIDA A GUERRA...”

Eles querem um preto com a arma pra cima
Num clipe na favela gritando: cocaína
Querem que nossa pele seja a pele do crime
Baco Exu do Blues, 2018.

O narrar dos meninos e meninas trazem outras histórias para que a gente não perca a possibilidade do paraíso (ADICCHIE, 2019), com a gente eles e elas compartilham um saber sobre si, sobre a comunidade, mas especialmente sobre sua existência enquanto constantes combatentes que constroem suas histórias. Sujeitos silenciados e colocados no “não lugar”, eles trazem nas oficinas e atendimentos dos Creas - histórias que vão desde conflitos provocados propositalmente a torturas, flagrantes forjados, sequestros e homicídios, todos arquitetados pela própria polícia militar.

Com as argumentações higienistas de “limpeza da cidade” das “famigeradas” facções e manutenção da segurança dos “cidadãos de bem da Cidade Sol” esses policiais fazem emergir, como no período da ditadura militar, verdadeiros grupos de extermínio - grupos com uma estreita ligação

com o Estado, que articulam a violência contra a periferia enquanto mecanismo de dominação e perpetuação do poder.

Esse cotidiano é duro com a gente e é duro com elas e eles: nós acompanhamos, vibramos cada emprego, cada estágio e cada conquista, mas também sofremos e choramos suas dores e de seus familiares. Pedros, Marcos, Paulos, Felipes, Lauras, Ramons; nas palavras de Marielle Franco, mais quantos terão de morrer para que esta guerra acabe?

Chimamanda Ngozi nos alertou sobre o perigo da história única para considerar a importância de rejeitarmos uma única história e, a partir disso, considerarmos que nunca existe uma única história sobre uma situação, um lugar e, no caso deste trabalho, um grupo social. No cotidiano do trabalho nos deparamos com as mais variadas situações, pois a vida resiste e existe. No dia-a-dia do Creas, que também é dentro das comunidades, entramos em contato com a história não contada pelos veículos midiáticos de informação. Nas oficinas falamos sobre os medos da morte ou a apatia a ela, falamos sobre como a raça e o racismo impactam diretamente no viver e no morrer de seus corpos jovens, negros e periféricos.

É nessa contramão que nosso caminhar junto a eles e elas se faz existir: a juventude em cumprimento de medida socioeducativa no município de Vitória é, muitas vezes, a juventude que não comparece nos espaços de garantia de direitos, que não comparece nas escolas pois este é um espaço fadado ao seu fracasso, que os espaços de circulação são mínimos, pois a cidade é categoricamente dividida em lugares amigos e lugares inimigos. Mas, como sujeitos que são, essa juventude criminalizada e facilmente exterminada reage e resiste à esta lógica do fazer viver e deixar morrer.

“Do alto tá palmiado”, eles dizem. Do alto, a juventude negra compartilha conosco as suas formas de resistência, as solturas de pipa e seu funk, o Rap e a música romântica que mandam às namoradas e namorados. Juntas e juntos a gente desvela e desenrola aquilo que tentam nos fazer acreditar: que estes corpos são tombados apenas por serem pobres e viverem vulnerabilizados. Essa história não nos convence mais. Sabemos que o extermínio é, sobretudo, atravessado pela raça. Ou seja, trazemos à tona, cotidianamente, que ser negro é determinante para que essa violência incida

fugazmente.

Não deixamos escondida a principal causa do extermínio, a saber, o racismo e sua perversidade, que se esconde desde os tempos coloniais e não é mera coincidência ser a causa que assola a juventude no município de Vitória.

O racismo vai operar em toda a estrutura das instituições, do Estado; esse funcionamento vai legitimar processos de produção e manutenção de desigualdades entre brancos e negros, operando como uma política de morte. Dando-nos uma noção de como essa lógica de funcionamento vai operar a serviço da morte, Achile Mbembe trará para a discussão o conceito de necropolítica, uma política de morte que se coloca enquanto regra para o funcionamento do Estado. Esse funcionamento se dará a partir do uso da força desproporcional, do extermínio de alguns corpos, de uma política que elege que pode e deve morrer. Esses corpos serão majoritariamente negros, negros e pobres, negros, pobres e habitantes de espaços como a periferia.

“O racismo é acima de tudo uma tecnologia destinada a permitir o exercício do biopoder, ‘este velho direito soberano de matar’. Na economia do biopoder, a função do racismo é regular a distribuição da morte e tornar possíveis as funções assassinas do Estado (MBEMBE, 2018).

Ele também irá operar quando trazemos nessa escrita o debate sobre os conflitos urbanos, sobre o extermínio de corpos específicos no que alguns chamarão de guerra. Como escapar então dessa “sina necropolítica”? Como não sucumbir às linearidades e homogeneidades que desqualificam formas de viver, sentir, agir, lutar?! Como humanizar o olhar de quem vê nas comunidades periféricas o lugar da criminalidade e do perigo, lugar que precisa, se possível, ser extirpado?!

Humanizar, nesse contexto, é se enveredar pelas histórias que não passam só pelos conflitos e pela morte; é entender como essas comunidades funcionam tendo o mínimo acesso às políticas públicas, como constroem redes de sociabilidade, relações comunitárias e, inclusive, como essas relações se transformam, em algum momento, em conflitos armados.

Embora pareça algo que está nas mãos das facções, o poder e a capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer passa não por esses corpos-facções, mas atinge esses corpos. São os

corpos que tombam, que não conseguem atingir a maioria, e se o fazem, duram pouco ou nada até a próxima rajada ser disparada.

Fazer viver e deixar morrer...políticas de controle social através da morte! O poder se materializa pela expressão da morte (Mbembe, 2018). Morte que é atravessada, em toda a sua extensão, pelo racismo, aquele que muitos insistem em dizer que não existe, ou reduzem a individualização, ao dedo em riste para um alguém “identificável”.

Não é fácil erradicar o racismo, tão profundamente arraigado nas estruturas da nossa sociedade, e por isso é importante produzir uma análise que vá além da compreensão dos atos individuais de racismo, por isso precisamos de reivindicações que vão além da instauração de processos contra pessoas que cometem atos racistas (...). Meu medo é que, se não levarmos a sério os modos como o racismo está enraizado nas estruturas das instituições, se aceitarmos que deve haver alguém racista identificável, que é a pessoa que comete a agressão, nunca conseguiremos erradicar o racismo (DAVIS, 2018).

O racismo permeia pensamentos, permeou estas linhas. Essa escrita não consegue traduzir a imensidão de afetos que atravessam o trabalho com adolescentes e jovens que se encontram em meio a estes conflitos; muito menos traz em seu corpo a gama de narrativas que construímos junto a eles. Mesmo não sendo capaz de traduzir todo o processo de caminhada, é importante sinalizar aqui algumas vitórias na batalha contra o esquecimento e o desmobilizante lugar de vítimas ou algozes, construído para estas meninas e meninos; desordenamos fatos, fracionamos inteiros e os transformamos em outras vivências, mais próximas das políticas de afeto potentes, e não das políticas de inimizades, como diria Mbembe (2017).

Cabe ressaltar que a trajetória de resistência da população negra não é atual e no cotidiano de trabalho apenas aprendemos com ela. Ora, diante de todo o trabalho forçado ao qual a população negra fora exposta, o Brasil colonial se viu, por vezes, ameaçado diante dos movimentos de resistência e existência que nunca deixaram de ocorrer. Várias foram as maneiras de resistir encontradas pelos povos escravizados: lentidão no ritmo de trabalho, a recusa de cumprir o que lhes era forçado e

revoltas coletivas. Nesse contexto, a maneira mais comum de resistência era a fuga e, a partir dela, a insurgência de comunidades que recebem diversas denominações: mocambos, ladeiras, magotes ou quilombos. Essas organizações comunitárias atuavam como (além de espaços de abrigo para a fuga) espaços de produção de vida e de uma diáspora africana possível.

Os diversos movimentos de resistência realizados pela população negra desde o Brasil colonial, conforme supracitado, contribuíram para que a ideia de raça fosse ressignificada, propondo-a como potência emancipadora, e não mais como “uma regulação conservadora” (GOMES, p. 21, 2017). Os movimentos de luta iniciados há séculos, incidem e constroem novos enunciados e agenciamentos e os negros e negras organizados a partir de diversos movimentos sociais questionam a colonialidade do poder que insiste no extermínio (GOMES, 2017).

De maneira geral, uma das principais categorias responsáveis pelos movimentos de resistência e luta pela vida é a juventude negra. Este grupo social se posiciona, questiona e discute sob quais condições de vida vivem e sob quais condições de existência querem viver. Diante de uma máquina de Estado que operacionaliza cotidianamente a necropolítica, diante da mira do sistema penal e diante de dados alarmantes de mortes violentas, a juventude negra ocupa espaços e os questionam com suas presenças expressas em suas diversas formas: no funk, no rock, nos terreiros, nas igrejas, na capoeira, no samba, na academia, na política, na rua.

O Estado segue matando pela violência, pela Covid-19, pela ausência de políticas públicas mínimas para a existência desses corpos. Mas, ao contrário do que se espera, elas buscam nesta escrita, na vida, na história que contam e recontam sobre suas quebradas, reafirmar a dignidade, a memória e principalmente sua existência. Concluir essa escrita é também reafirmar esses lugares, essas vidas, o existir para além da política de morte para estes corpos...é o caminho que escolhemos seguir, o caminho da luta interminável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. O perigo de uma história única. São Paulo: Companhia das Letras,

2019.

BATISTA, V. M. Insania, Anarquia e Estado Policia. A Nova Democracia. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BAUMAN, Z. Confiança e Medo na Cidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

BUTLER, J. 2019. Vida precária: os poderes do luto e da violência. Trad. Andreas Lieber. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

COIMBRA. C. M. B. Operação Rio: O Mito das Classes Perigosas. Um Estudo Sobre a Violência Urbana, a Mídia impressa e os Discursos de Segurança Pública. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 2001.

DAVIS, A. A Liberdade é Uma Luta Constante. São Paulo: Boitempo, 2018.

FOUCAULT, M. A Vontade de Saber. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GAGNEBIN, J.M. Lembrar escrever esquecer. São Paulo: Ed. 34, 2006

GOMES, N.L. O Movimento Negro Educador: Saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

HAESBAERT, Rogério. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. Porto Alegre, 2004.

MACHADO, R. (org.). Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MBEMBE, Achille. Políticas da inimizade. Lisboa: Antígona, 2017.

TAVARES, B. L. Sociologia da Juventude: da juventude desviante ao protagonismo jovem da Unesco. Sociedade e Cultura, v. 15, n. 1, p. 10.5216/sec. v15i1. 20683-10.5216/sec. v15i1. 20683, 2012.